

Sobre o uso da violência na luta anticolonial e no processo de transição socialista: um debate acerca da atuação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) de 1962 a 1989

Luiz Felipe Leão Maia Brandão*

Resumo:

O presente artigo debate a relação entre violência e política em processos que, a despeito de serem distintos, eventualmente podem ser contíguos, a saber: a luta anticolonial e a tentativa de transição socialista. Como estudo de caso, investiga a atuação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) entre os anos de 1962 e 1989. Para isso, o texto primeiramente apresenta uma reflexão a partir de autores que abordaram a relação entre violência e política para, na sequência, discorrer sobre o caso da formação social moçambicana. Assevera-se a necessidade de se compreender a transformação social violenta de modo a avaliar de forma objetiva o papel da violência revolucionária na história. Como resultado, enfatiza a necessidade de se refletir sobre as formas de violência envolvidas no processo de conversão de uma força insurgente em poder constituído. Assim, considera o processo do uso da violência à luz das transformações internas à FRELIMO, das contradições de classe e do contexto geopolítico moçambicano.

Palavras-chave: violência; Moçambique; socialismo; FRELIMO.

On the use of violence in the anti-colonial struggle and in the process of socialist transition: a debate about the performance of the Mozambique Liberation Front (FRELIMO) from 1962 to 1989

* Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó-SC, Brasil. Este trabalho foi desenvolvido no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), mediante atuação como pesquisador visitante. O autor agradece ao Professor Maciel Santos e aos demais integrantes do CEAUP pelo suporte oferecido para o desenvolvimento da pesquisa. End. eletrônico: luizbrandao83@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2392-8509>

Abstract:

This paper discusses the relation between violence and politics in processes that, despite being distinct, may eventually be contiguous, namely: the anti-colonial struggle and the attempt at socialist transition. As a case study, it investigates the role of the Front for the Liberation of Mozambique (FRELIMO) between the years 1962 and 1989. To this end, the text first presents an elucubration addressing authors who explored the relationship between violence and politics, and then discusses the case of Mozambican social formation. It asserts the necessity to gain understanding violent social transformation in order to assess the role of revolutionary violence in history. As result, it emphasizes the need to reflect on the forms of violence involved in the process of converting an insurgent force into constituted power. Thus, it takes into account the process of using violence considering FRELIMO's internal transformations, class contradictions and the Mozambican geopolitical context.

Keywords: Violence; Mozambique; Socialism; FRELIMO.

Introdução

O objetivo do presente artigo é debater a relação entre violência e política, em processos que, a despeito de serem distintos, eventualmente podem ser contíguos, a saber: a luta anticolonial e a tentativa de transição socialista. Adota-se, como estudo de caso, a atuação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) entre os anos de 1962 e 1989. Tal recorte temporal abarca, no caso moçambicano, o decorrer sequencial dos dois processos supracitados.

Consubstanciadas pela percepção de legitimidade e necessidade da violência revolucionária, várias lutas anticoloniais ocorreram ao longo do século XX, a exemplo da luta pela independência de Moçambique (1962-1975). Conduzida predominantemente pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a batalha contra o jugo colonial português se encerrou em 1974 (como desdobramento dos acontecimentos deflagrados pela Revolução dos Cravos, ocorrida em abril daquele ano). A FRELIMO, que havia se consolidado como protagonista na condução da luta anticolonial, surge então como força política hegemônica, após a efetivação da independência moçambicana, em 1975.

Em linha com a tendência que já vinha se fomentando no seio do partido, desde a guerra anticolonial, a FRELIMO se estabeleceu como partido único na direção do Estado moçambicano, enunciando o marxismo-leninismo como orientação política e apresentando a construção de uma sociedade socialista como meta¹. Em meio à Guerra-Fria, o posicionamento assumido pela FRELIMO aguçou o

¹ A FRELIMO foi fundada como frente em 1962, agregando uma gama de movimentos de libertação nacional então existentes. Durante o seu II Congresso, realizado em julho de 1968, a FRELIMO assumiu a construção do socialismo, como um de seus objetivos. Em 1977, no seu III Congresso, a

temor dos países fundados sobre o *apartheid*, como a Rodésia e a África do Sul, de que processos semelhantes ocorressem em seus domínios. Como forma de reação, esses países acabaram por auxiliar a organização da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Subsequentemente, o conflito entre FRELIMO e a RENAMO se desencadeou sob a forma de uma brutal guerra civil – tratada pela primeira como uma *intervenção externa*, pró-*apartheid*, a despeito do conflito ter perdurado mesmo após o fim do regime de segregação racial na África do Sul e na Rodésia (renomeada como Zimbábue, concomitantemente ao reconhecimento de sua independência, pelo Reino Unido, em 1979). Nesse contexto, os primeiros anos pós-independência de Moçambique foram marcados por um recrudescente uso da violência pela FRELIMO. Tal postura foi adotada não só no enfretamento militar à RENAMO, mas também no estabelecimento de mecanismos rígidos de controle social, enunciados pelo partido como necessários à defesa do socialismo, face à *agressão externa* que o país vinha sofrendo

Face ao exposto, o artigo propõe uma interlocução entre dois diferentes níveis de problematização: um primeiro, mais abrangente, trata acerca da correlação entre o uso da violência e a política na luta anticolonial; um segundo, mais específico, aborda a experiência da FRELIMO no exercício da violência, tanto como guerrilha revolucionária quanto como partido único. Para tanto, o trabalho segue estruturado em três partes: a primeira, discorre sobre a questão da violência, sua relação com a política e com as lutas emancipatórias; na segunda, descreve-se a atuação da FRELIMO durante o período em tela, realizando sua crítica frente aos pressupostos teóricos previamente apresentados; por fim, há uma breve seção de considerações finais.

A proposta aqui apresentada se justifica pela necessidade de um debate crítico acerca das lutas por emancipação no século XX, em que o uso da violência seja compreendido em seus diferentes papéis, não sendo encarado nem como objeto de fetiche, nem tampouco como fenômeno aberrante, mas como resultado das contradições históricas encerradas em cada processo sob análise.

A violência e a luta emancipatória

Compreendam isto uma vez: a violência começa, se a exploração e a opressão não tivessem existido nunca sobre a terra, talvez a apregoada “não-violência” pudesse pôr termo à

FRELIMO afirmou sua posição como partido marxista-leninista. Essa orientação permanece nos enunciados da FRELIMO até o seu V Congresso, em julho de 1989, quando as menções ao marxismo-leninismo são retiradas de todos os seus documentos doravante. O abandono da retórica marxista-leninista dos documentos do partido foi a ocasião adotada para definir o recorte temporal do presente estudo.

querela. Mas se o regime inteiro e até as suas ideias sobre a não-violência estão condicionados por uma opressão milenária, a sua passividade não serve senão para os alienar do lado dos opressores. (Sartre, 1965, p. 22-23)

A passagem acima, posta em epígrafe, advém do célebre prefácio que Jean-Paul Sartre elaborou para a obra *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon. Nesse trecho, a exemplo do que se segue no livro do revolucionário martiniquense, põe-se a nu o discurso que apresenta violência e política como fenômenos separados de modo estanque. A não-violência denunciada por Sartre e Fanon – e defendida pelos ditos *democratas* do centro capitalista/imperialista – só se sustenta mediante ao ocultamento da violência sistêmica que ocorre no âmbito colonial, e que é responsável por garantir a continuidade da acumulação capitalista, sob a aparência de paz, no seio das nações hegemônicas. Ou como já destacava Marx: “Os povos modernos souberam apenas disfarçar a escravidão em seus próprios países e impuseram-na sem véus no novo mundo” (Marx, 2017, p. 104).

Esse processo de ocultamento constrói um senso comum, fomentado por meio da hegemonia ideológica burguesa e disseminado em direção às margens do mercado mundial, colonizando também as mentes dos explorados. Esse senso comum de cunho liberal explica a violência como um fator invariavelmente negativo, destituído de racionalidade, e gerador de entraves ao que seria o *desenvolvimento natural e civilizado* de uma *esfera pública*, onde as subjetividades se encontrariam de modo isonômico para *realizar sua humanidade* por meio da política (assumida como a não-violência). Assim, a violência passa a ser vista simplesmente como algo aberrante.

Fanon (1965), em contrapartida, debate a violência em sua relação inextrincável com a política, destacando a luta anticolonial como uma força que pode desempenhar um caráter terapêutico. Isso ocorre na medida em que a resposta violenta à barbárie da colonização contribui para a emancipação do colonizado, auxiliando-o a se *curar* do papel de subalternidade (também psicológica) que ele ocupa frente ao colonizador: “[...] a descolonização é sempre um fenômeno violento [...] é simplesmente a substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens” (Ibid., p. 30).

Em tempo, deve-se ressaltar que a posição assumida por Sartre e Fanon não representa uma defesa fetichizante, que estetiza e defende acriticamente a violência². Trata-se, de fato, da reafirmação do entendimento de que a violência e a política não são fenômenos distintos que se contradizem, mas aspectos de um mesmo processo: a disputa pelo poder. Assim, o discurso que se coloca invariavelmente contra a

² Como é o caso da estética dos filmes estadunidenses, que costumam glorificar a brutalidade produzida pelo militarismo daquele país, camuflando-a sob o rótulo do gênero cinematográfico eufemisticamente denominado *action*.

violência é, na verdade, um discurso ideológico para desarmar a violência que se apresenta para o enfrentamento ao *status quo* violento. Expõe-se, assim, que a retórica da não-violência se constitui a partir de uma situação de poder. Ela é imposta por quem o detém e está numa posição de determinar o que *não é* violência (a exemplo da exploração) e o que *é* (a exemplo da revolta dos explorados).

Nesse sentido, o momento da revolução é um momento de síntese: quando todas as vítimas da violência promovida pela ordem a ela respondem com um ato violento, rompendo com o *status quo*. A revolução é o fenômeno que torna visível as violências estruturais e que são cotidianamente reproduzidas e invisibilizadas. Não é por acaso que o repúdio à violência que emerge dos explorados é um artifício recorrente da ordem: ela só pode se fiar no caráter invisível/divino de sua própria violência até o ponto que a violência insurgente transita de um crescente quantitativo para um qualitativo: quando a violência assume um caráter revolucionário. Nesse instante, o uso sempre menos dispendioso da retórica da não-violência se torna inócuo, pois a ordem, por meio da repressão direta, vê-se obrigada a mostrar a brutalidade de sua verdadeira face.

Fanon destaca como tal recurso produz uma equivalência entre as reações violentas que surgem em resposta às opressões estatais sistêmicas e a loucura. Quando o agente colonizador, por meio da repressão, agride um colonizado que realiza um ato de violência, por exemplo, ele está produzindo uma forma de internação: tal como um doente psiquiátrico precisa ser internado para ser “protegido de si mesmo”, a sociedade (representada na figura do vândalo que expressa seu descontentamento de forma violenta) também precisaria ser protegida de si por meio do apenamento, que tem o papel de: “[...] ‘curar’ corretamente o colonizado, isto é, de fazê-lo totalmente homogêneo num meio social de tipo colonial” (Ibid., p. 262).

Nesse sentido, o discurso da *missão civilizadora*, que reveste ideologicamente os processos de colonização, reproduz a noção de que aquelas formações sociais colonizadas precisam ser internadas, e protegidas de sua barbárie autoinfligida. Ao se naturalizar a ordem liberal, tratando o homem/branco/burguês/europeu como o universal, patologiza-se a revolta dos colonizados contra seu processo de exploração. Justificam-se, assim, todas as ações empregadas pelo colonialismo no sentido de reprimir a luta por emancipação dos povos colonizados. Não é fortuito, portanto, que o discurso supremacista racial e colonialista opere separando os sujeitos portadores de razão (capazes de se autodeterminar) daqueles menos racionais, que precisam ser resgatados do estado de loucura/barbárie pelos civilizados, e internados/colonizados por estes.

Mondlane (2020) produziu uma crítica a respeito do pretenso papel civilizatório do colonialismo português em África, que vinha revestindo ideologicamente a violência imposta pela metrópole sob o manto discursivo da *democracia racial*. Tal retórica foi incorporada pelo Estado Novo lusitano ao seu

discurso oficial, a partir de uma apropriação da obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. Segundo Freyre (2003), o Brasil não padeceria do tipo de racismo vivenciado por outras formações sociais de origem colonial (notadamente os EUA) porque a colonização portuguesa não se opunha à miscigenação (atribuindo a esse, dentre outros fatores, à formação católica colonizador lusitano). Conforme o Freyre, ao produzir uma mistura que incorporava a cultura indígena, europeia e africana, o colonialismo português teria atuado de modo a desvanecer as distinções raciais.

Para a ditadura salazarista, a formulação de Freyre – assumindo a alcunha de *lusotropicalismo* – desempenhou um papel de chancela ao colonialismo português em África, que se estendia nos anos de 1960 e 1970, a despeito do avanço da luta anticolonial em outras nações do continente. Segundo a propaganda salazarista, o processo de miscigenação absolveria o colonialismo português do racismo, ao passo que legitimaria o papel da metrópole como tutora civilizatória das colônias.

Mondlane – a exemplo do que haviam feito autores como Fernandes (2008), ao tratar do Brasil – denuncia o caráter falacioso dessa narrativa. O mito da *democracia racial*, no Brasil como em Portugal, serviu (como ainda serve, contemporaneamente) para acobertar o caráter profundamente racista do colonialismo português. Sua função principal é a de neutralizar os protestos e reivindicações que denunciam o caráter racial do processo de exploração em formações sociais que têm a escravidão como elemento central de suas constituições históricas. Com efeito, o discurso de *negação do problema* se traveste de discurso de *enfrentamento do problema*, lançando sobre quem denuncia tal manobra o estigma de fomentador da mazela apontada, de agente portador de patologia e que deve, portanto, ser objeto de *internação*.

Em sua análise das alterações sucessivas do arcabouço legal que regia a vida dos *indígenas* em Moçambique, Mondlane desvela o caráter profundamente racista do colonialismo português. A propaganda do Estado que se sustentava, por um lado, no mito do caráter não-racista daquele processo e, por outro, no papel civilizador da metrópole portuguesa, começa a se diluir frente às brutais condições de vida impostas aos colonizados. Nesse contexto emerge a luta anticolonial em Moçambique, bem como nas outras colônias lusófonas, brutalmente combatidas pelo exército português.

O começo da luta armada da FRELIMO sob a liderança de Mondlane, em 1964, se dá como reação à violência sistêmica da ordem colonial, que vinha esgotando gradativamente a possibilidade de qualquer solução pacífica e reformista, em que pese eventos como o massacre dos camponeses de Mueda, em 16 de julho de 1960 (Bragança, 1980, p. 45). Como relatam Bragança e Depelchin (1986, p. 37), o avanço militar da FRELIMO fez como que o aparato colonial de tornasse gradativamente: “[...] mais repressivo e mais violento, ou mais reformador, de acordo com o facto dos grupos ou os indivíduos visados constituírem ou não uma ameaça à continuação do sistema”. Essa dinâmica de resposta do regime português

tinha sua contraparte na dinâmica interna da FRELIMO, que atravessava a disputa de duas linhas políticas: uma reformista/nacionalista, que priorizava a formação de um Estado moçambicano, em que houvesse uma conciliação das classes locais; e outra revolucionária/socialista, que enfatizava a necessidade de se estabelecer um conteúdo político próprio, para o país que se buscava criar.

Em 3 de fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane é assassinado por uma carta bomba, e o regime salazarista logo expressa seu desejo de estabelecer uma interlocução com a linha reformista da FRELIMO (representada por Lazaro N'Kavandame). Esse movimento tem efeito contrário ao esperado: o assassinato de Mondlane desvelou como a ordem colonialista trata como elemento patológico o indivíduo que reage às violências por ela infligidas e impostas aos colonizados para que a aparência de paz prospere. Assim, esse evento marca a hegemonização da linha revolucionária dentro da FRELIMO, consolidada definitivamente em maio de 1970, mediante a eleição, para a presidência do partido, do então chefe do Departamento de Defesa e Segurança (ou seja, o comandante da luta armada) Samora Machel, para quem:

[...] o nosso objetivo final de luta não é içar uma bandeira diferente da portuguesa, fazer eleições mais ou menos honestas em que pretos e brancos são eleitos, ou ter no Palácio da Ponta Vermelha em Lourenço Marques um Presidente preto, em vez dum governador branco. Nós dizemos que nosso objetivo é conquistar a independência completa, instalar o Poder Popular, construir uma Sociedade Nova sem exploração, para o benefício de todos aqueles que se sentem moçambicanos. (Machel, 1979, p. 8)

Com isso, anuncia-se o conteúdo político predominante do exercício da violência na luta anticolonial moçambicana. O êxito dessa luta em Moçambique – a ser retomado com ênfase na próxima seção – é caracterizado por se constituir como um momento de transformação do papel da violência: de ferramenta na guerra anticolonial para instrumento de garantia de uma nova ordem socialista estabelecida. Apesar de toda a controvérsia a respeito da correspondência do socialismo moçambicano com algum tipo ideal de socialismo preconcebido, interessa-nos aqui a problemática do uso da força no momento de transição acima assinalado.

Quando tratada por Balibar (1980) em seu debate sobre a *ditadura do proletariado*, a questão da violência se faz presente naquilo que o autor expressa como sendo uma das teses fundamentais de Marx a esse respeito: a dialética da revolução e da contrarrevolução. Essa contraposição de forças torna inviável tanto o caminho da transformação pacífica, quanto a sustentação do socialismo em um estado estacionário – o que interpõe como únicos desfechos possíveis à revolução a sua ampliação para uma escala transnacional ou o retrocesso. Assim, a violência – na medida em que deveria compor um conjunto de meios políticos transitórios, empregados para o equacionamento de uma crise revolucionária – perde seu sentido

originário quando a transição socialista não avança para além das fronteiras nacionais que lhe deram origem e se torna fadada a retroceder.

Nesse momento de mudança de sentido, em que o caminho da transformação é suplantado pelo da reação, a violência aprofunda seus vínculos com o quadro de opressão de onde ela se origina. Essa circunstância implica numa mudança não apenas de sentido mas também de papel exercido pela violência: de instrumento de luta contra a velha ordem, ela passa a ser um dos mecanismos de sustentação do novo poder. Isso gera um novo problema: como lembra Benjamin (1978), qualquer poder institucional se torna um monopólio e – conseqüentemente – em um potencial excesso de poder, que se anuncia como necessário para os objetivos postos em uma dada formação social.

No caso de um poder surgido a partir de uma insurgência de cunho anticolonial, isso gera uma contradição imediata com o caráter antilegalista, emancipatório ou mesmo terapêutico (como aludido por Fanon) que a violência ocupava originalmente nesse processo. Balibar (2009) aponta a necessidade de mediação entre esses dois momentos (violência na luta por emancipação e violência na luta por consolidação de um novo poder) como o grande desafio para a efetivação de uma crítica da violência. A próxima seção se ocupa do escrutínio do caso moçambicano, buscando identificar elementos que contribuam nesse sentido

A luta anticolonial e a tentativa de transição socialista em Moçambique: dois momentos da violência

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo é, como se vê, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de uma agitação natural ou de um entendimento amigável. A descolonização, como se sabe, é um processo histórico: quer dizer que não pode ser compreendida e não resulta inteligível, translúcida em si mesma, senão na medida exacta em que se distingue o movimento histórico que lhe dá forma e conteúdo. (Fanon, 1965, p. 30-31)

A constituição de um novo Estado-nação, oriundo das fronteiras estabelecidas durante sua formação colonial, carrega consigo um conjunto de contradições e impasses que subsistem mesmo ao mais radical processo de ruptura. A experiência da FRELIMO, em que um grupo de guerrilha vitorioso se vê na posição de ocupar um aparelho de Estado, põe a lume o fato de que o êxito de uma determinada luta emancipatória é precedido de um instante crítico: o de consolidação de um novo poder político. Tal processo não se dá por meio de ideias formuladas aprioristicamente e que se impõem sobre o processo material, mas é, sobretudo, resultado da condensação de forças que se conflagram durante processo de transformação.

No momento em que a FRELIMO inicia a luta armada independentista, em 1964, o Estado Novo português vinha operando mudanças em sua forma de administrar as colônias. Esse processo remonta ao fim do século XIX, quando, na Conferência de Berlim (1884-1885), a Inglaterra frustrou os planos portugueses de adentrar a *binterland* da África austral, e unir territorialmente Moçambique e Angola (Pélissier, 1994, p. 136-144). Para assegurar o controle dos territórios ainda sob seu subjugo, a metrópole portuguesa realizou progressivas reformas, sobretudo a partir da segunda metade dos anos de 1940, visando readaptar suas ferramentas de controle sobre as colônias (Mosca, 2005, p. 58-73).

Dentre as reestruturações implementadas, no caso moçambicano, destacam-se: a não renovação das concessões de terras às companhias inglesas (denominadas *prazos das coroas*), passando a política fundiária para o controle direto do Estado; o estímulo à imigração, com a oferta de terras para militares que tivessem terminado o serviço militar como estímulo para que estes permanecessem na colônia; e o fim do regime de trabalhos forçados, o *chibalo* (acompanhado da manutenção de um estatuto específico para a população indígena). Já na década de 1960, Portugal instituiu um novo modelo de tributação inter-territorial, que alienou a administração moçambicana – ainda mais – de suas próprias reservas. Tal medida visava intensificar a circulação de divisas entre a metrópole e as colônias. Em paralelo, foi estimulada a colonização branca de Moçambique, com a expropriação das terras pertencentes aos autóctones e o beneficiamento dos colonizadores com créditos e subsídios estatais (Darch; Hedges, 1999, p. 136).

Soma-se às ações de caráter administrativo supracitadas, um processo de aguçamento da militarização do Estado Novo português, efetivado mediante a abolição dos comandos coloniais, em 1948, outorgando o uso da força nas colônias para o exército regular (a data marca também a adesão de Portugal à Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN). Essa medida criou as condições para que, já no início da década de 1970, fosse deflagrada a Operação Nó-Górdio: a maior e mais cara campanha militar já empreendida por Portugal em solo moçambicano. Essa ação foi caracterizada pela brutalidade empregada pelo Exército português, com a realização de sucessivos massacres em aldeias, sob o pretexto dessas serem suspeitas de manter laços com os movimentos de guerrilha independentistas.

A formação do Estado moçambicano independente – após os já citados eventos decorrentes da Revolução dos Cravos – parte das condições decorrentes do panorama acima delineado, somadas às especificidades do novo *status-quo*, instaurado pela FRELIMO. Esse contexto enseja uma série de conflitos na relação do partido-Estado com os diferentes segmentos integrantes do tecido social moçambicano, que, de início, foram artificialmente reunidos sob os limites territoriais da colônia. Na guerra pela independência, contra um inimigo comum, distintos setores da população moçambicana reconheciam na FRELIMO a força política que tinha o protagonismo no enfrentamento ao colonialismo português. Já na qualidade de partido no poder, a FRELIMO passou a ser responsável por atender

aos anseios dessa gama heterogênea de atores, agora reunida sob os limites do país Moçambique.

Para se analisar a tentativa de transição socialista moçambicana pós-independência, deve-se somar a contextualização acima esboçada às seguintes idiossincrasias: o cerco militar e político, infligido pela Rodésia e pela África do sul, movido pelo medo da expansão do socialismo em África; a política de sabotagem realizada pelas elites dominantes do período colonial, que se viram privadas do controle sob os meios de produção; um apoio internacional do bloco socialista (nomeadamente da COMECON) aquém das expectativas da FRELIMO; o caráter fragmentado e diverso, do modo de reprodução social moçambicano; a dinâmica de classes que se impôs sobre o processo revolucionário; e, naturalmente, as persistentes condições de atraso de desenvolvimento das forças produtivas, oriundas dos séculos de exploração colonial.

Mosca (1999) relata que um dos elementos distintivos da gestão da FRELIMO nos primeiros anos à frente da política do país foi a insistência em determinadas medidas administrativas que seguiam um certo tipo de ortodoxia e concepção de *desenvolvimento*. Tal orientação, enunciada como resultante de um alinhamento ao marxismo-leninismo, colocou o partido em choque com as variadas realidades sociais coexistentes no país, sobretudo com as autoridades tradicionais, ainda influentes sobre o campesinato. A forte centralização estatal, como principal método de desenvolvimento econômico, fez com que os órgãos de base criados (os Conselhos de Produção, por exemplo) fossem incapazes de fazer reverberar no Estado as múltiplas dinâmicas socioeconômicas historicamente vigentes, atuando em sentido inverso, como uma mera correia de transmissão do que o Estado impunha à população. Isso tornou mais aguda a tensão já existente entre as distintas frações da formação social moçambicana e a FRELIMO.

Cahen (2011, p. 5) argumenta que tal linha de atuação centralizada tem vínculo com a concepção de Estado que os dirigentes da FRELIMO possuíam como parte de seu arcabouço: a despeito de assumir o marxismo-leninismo como linha política, o partido reproduzia as práticas de Estado vinculadas a uma determinada concepção de ordem e de desenvolvimento, que tinham suas raízes no próprio Estado-novo português. Isso ocorreria pois, apesar da guerra de independência ter se desenvolvido a partir do norte de Moçambique, os principais quadros da FRELIMO eram oriundos do sul, onde ficava a capital Lourenço Marques (atual Maputo) e onde a forma-Estado de modelo europeu se expressava espacial e socialmente de modo mais intenso, ajudando a formar o imaginário de progresso dessas lideranças.

Um evento que pode ser tido como um ponto de inflexão em que a violência revolucionária se converteu em violência para garantia de uma nova ordem estabelecida – e que possui vínculo com a questão sobre a forma-Estado acima levantada – tomou curso logo após o reconhecimento da independência

moçambicana por Portugal. Na ocasião, as tropas do Exército português e a FRELIMO fizeram uma atuação conjunta, de caráter higienista, reprimindo e expulsando vários moradores de rua, trabalhadoras do sexo, e comerciantes informais do centro de Lourenço Marques. Tal episódio prenunciou o tensionamento que se estabeleceria, dali por diante, entre a concepção de Estado da FRELIMO e as diversas particularidades da formação social moçambicana.

Ao longo do processo de consolidação do Estado socialista, outras medidas repressivas foram tomadas tendo as cidades como palco, como a destinação de prisioneiros políticos para *campos de reeducação*. Tratavam-se de centros prisionais que impunham trabalhos forçados e sessões de reorientação política aos seus internos. Como sublinha Mosca (1999), nesses espaços predominava o aspecto repressivo, tornando inócuo o seu pretensão caráter educacional. Dadas as condições precárias vividas pelo país, não eram raros os casos de maus-tratos infligidos aos condenados.

A esse tensionamento interno, somou-se o caráter conflitante da relação junto à Rodésia e à África do sul, em virtude do apoio dado por Moçambique às lutas pela derrubada dos regimes de *apartheid* em curso nesses países. Como já sublinhado, a reação veio sob a forma do fomento – inicialmente por parte da Rodésia e em seguida pela África do Sul – à criação da RENAMO, guerrilha de oposição à Frente. A FRELIMO caracterizou a RENAMO como um *inimigo externo*, a ela se referindo em seus pronunciamentos como *bandidos armados*. O conflito entre o partido único no poder e a milícia insurgente teve lugar na zona rural (onde viviam à época 80% da população de 12 milhões de moçambicanos).

Como argumenta Geffray (1991), a RENAMO surgiu, de fato, como um movimento organizado pela Rodésia – ex-colônia inglesa que havia declarado sua independência de forma unilateral, com o objetivo de manter uma estrutura social de *apartheid*. Nesse contexto, o receio de que o *ethos* antirracista que impulsionou a independência de Moçambique atravessasse suas fronteiras, somou-se ao fato de que – mediante ao fechamento pela FRELIMO do porto de Nacala (região norte da ex-colônia portuguesa) – a Rodésia havia perdido a principal rota de escoamento de sua produção para o mar. Com vistas ao enfrentamento da FRELIMO, a Rodésia asilou, organizou e treinou para combate colonos brancos que haviam sido expropriados, durante o processo de independência moçambicana. Essa foi a base inicial de formação da RENAMO, que, mais adiante, somar-se-ia a outros opositores da FRELIMO.

Como atesta, ainda, o autor acima referido, durante os primeiros anos de sua existência a RENAMO foi amplamente percebida como um *agressor externo*, tanto pela comunidade internacional, quanto pelos veículos de imprensa que cobriam a situação moçambicana. Essa abordagem negava que a RENAMO possuísse qualquer base social – como subscrito por Bragança e Depelchin (1986, p. 48) – e afirmava que o grupo tinha um caráter meramente terrorista. O discurso oficial denunciava

que o grupo adversário seria composto exclusivamente por: ex-agentes da PIDE³, mercenários estrangeiros, e elementos reacionários descontentes com o fim dos privilégios oriundos do período colonial. Desconsiderava, pois, a possibilidade de enraizamento político da oposição feita pela guerrilha, tratando-a como um agente de banditismo, e não como sua adversária em uma *guerra civil*. A RENAMO, por seu turno, aproveitou-se dos tensionamentos sociais vigentes, no seio de algumas comunidades tradicionais, e criou bases locais para suas ações.

Nas áreas rurais mais afastadas de centros como Maputo e Nampula, o uso da violência sistemática se deu não apenas no combate à RENAMO, mas na imposição dos novos modos de organizar a produção. Nesse âmbito, destaca-se a imposição do sistema de aldeias coletivas (*machambas*). Tais assentamentos eram implantados sob um modelo de planificação, que obrigava populações inteiras a se deslocarem de sua comunidade de origem rumo às localizações pré-definidas. Nesses aldeamentos planejados, o Estado indicava prepostos locais, responsáveis por garantir que a produção se realizasse de modo coletivizado, de acordo a linha do partido. Segundo Cahen (1987, p. 52-56), um dos principais problemas das aldeias comunais derivava da noção de que era preciso *organizar o povo*, o que entrava em contradição com *as formas de organização já existentes* entre os camponeses.

Para Cahen, o conflito entre a planificação, concebida idealmente pela FRELIMO, e a situação concreta do campesinato tornava o processo de coletivização da terra não só violento, mas também contraproducente. Ao serem forçados a se deslocar de sua terra de origem rumo às fazendas coletivas, sem qualquer suporte técnico e logístico, os camponeses se viam submetidos a situações como: a perda de produtividade de suas colheitas, em função do esgotamento das terras próximas à aldeia comunal; a imposição de longas marchas diárias, para se deslocarem de suas moradias até as glebas cultiváveis; a obrigação de pagar para o uso de terras cultiváveis, outorgadas pelo Estado a outrem (não raro antigos proprietários locais que se reenquadraram dentro da ordem estabelecida pela FRELIMO).

Essa postura violenta e ineficaz do Estado criou um ambiente político propício ao enraizamento da RENAMO junto a algumas comunidades autóctones. O espraiamento da RENAMO, por sua vez, fez a FRELIMO intensificar o controle do deslocamento da população dentro do território⁴, submetendo a população a uma burocracia e violência recrudescentes. Como argumentado nos trabalhos de Geffray (1991) e Cahen (1990), a incapacidade da direção da FRELIMO de reconhecer essa situação, em virtude de uma opção política dogmática e de uma aderência acrítica a uma concepção pré-formatada de desenvolvimento, foi a causa, tanto do estabelecimento do conflito, quanto da impotência do partido para superá-lo, em meio ao seu contínuo agravamento.

³ PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado – Órgão secreto de controle e repressão política da ditadura salazarista.

⁴ Por meio das já citadas guias de marcha (ou passes).

A postura da FRELIMO, buscando impor de forma violenta uma organização homogênea que desprezava o contexto organizativo heterogêneo pré-existente, pode ser apontada como uma causa importante da consolidação da RENAMO. A esse respeito, Geffray (1991, p. 24) argumenta que o fato da RENAMO ter oferecido a segmentos da população a possibilidade de estarem fora da alçada da FRELIMO, em troca da aceitação de seu domínio territorial, permitiu-lhe a ampliação de suas bases, sem que lhe fosse necessário sequer formular um programa político legitimador. Tão somente o reconhecimento da existência socias das populações afetadas – independentemente da posição programática desse poder militar, ou mesmo diante da ausência de qualquer orientação que fosse – era suficiente para que esses civis conferissem um sentido político à existência da RENAMO.

Em 1983, em meio à guerra civil e à crescente crise econômica, umas das políticas mais repressoras adotadas pela FRELIMO toma curso: a *operação produção*. Enunciada como uma forma de ocupar as pessoas consideradas *improdutivas* – que afluíam para os centros urbanos fugindo da guerra e da fome – a medida consistia, na verdade, em um programa de deportação em massa, da cidade para o campo. Tratou-se de uma medida de caráter punitivista, permeada por um senso de *higienismo social*, ou seja: não visava qualquer incremento à produtividade, como sugerido pela sua denominação. A *operação produção* deportou dezenas de milhares de pessoas, sob os mais distintos pretextos ligados à improdutividade e das mais diferentes formas: por trem, caminhão e aeronaves cargueiras. Os destinos eram os mais remotos e impossíveis de escapar a pé, e os assentamentos para onde essas pessoas eram conduzidas não contavam com qualquer aparato estatal que não fosse o repressivo.

A *operação produção* foi idealizada e conduzida por Armando Guebuza, membro histórico da FRELIMO, à época Ministro do Interior e anos mais tarde Presidente do país (2005-2015). Esse é um fato que não pode ser desprezado, visto que a medida não nasce como uma contingência ou como um *desvio na linha* do partido, mas como expressão acabada de um determinado entendimento tanto do que deveria ser a modernização do país e o moçambicano produto desse processo, mas também – e principalmente – do que *não deveria ser*. Ademais, representa a incapacidade da FRELIMO de apresentar um programa que levasse em conta as características existentes do seu próprio povo, capaz de produzir uma superação efetiva da estrutura de exploração oriunda do período colonial.

Tal como ocorrido em outras experiências socialistas, era vigente na FRELIMO o discurso de que a separação formal do poder econômico do poder político era suficiente para pôr termo à exploração. Conforme Bragança e Depelchin (1986, p. 40), essa abordagem partia do princípio de que não existia burguesia em Moçambique porque a chegada de FRELIMO ao poder havia retirado as bases socioeconômicas dos burgueses. Todavia, isso, por si só, não impedia que os aspirantes à burguesia buscassem criar bases para sua consolidação, tanto a partir

dos meios disponíveis, quanto dos que poderiam ser criados por meio da guerra e da cooptação.

De certo, a noção de burguesia deve ser aplicada ao contexto moçambicano com muitas ressalvas, mas um fato, já naquela altura, era inelutável: a FRELIMO fomentava uma *nomenklatura* – como descreve Mosca (1999, p. 130) – que se voltava à defesa dos seus próprios interesses. Ademais, a insistência em identificar a RENAMO como um simples grupo de *bandidos armados* à serviço de uma *intervenção externa* só pavimentou o caminho para que a FRELIMO se sedimentasse como um partido, cada vez mais, ligado à continuidade e não à transformação.

Como remonta Geffray (1991), a RENAMO começou, de fato, como uma guerrilha fomentada pela Rodésia em que o papel da violência (guerra contra a FRELIMO) preponderava sobre o da política (resumido à aglutinação das distintas insatisfações populares frente ao modelo de socialismo que se implantava). Todavia, essa equação deve ser objeto de nuance diante do ambiente de crise multicausal e da incapacidade da FRELIMO de dar respostas que levassem em conta os anseios das diferentes porções da população moçambicana. Gradativamente, a RENAMO foi conseguindo juntar em torno de si algumas frações dos marginalizados pelo Estado e a dimensão política foi se imbricando à da violência (embora essa última nunca tenha deixado de ser relevante, para ambas as partes do conflito).

Quando a FRELIMO abandonou oficialmente o marxismo-leninismo, em 1989, buscava sinalizar uma mudança na sua orientação política, que mais adiante viria a se conflitar na adoção de um modelo de democracia liberal em Moçambique. Todavia, o caráter violento de muitas de suas práticas teve continuidade nos decênios seguintes (como o controle sobre a circulação mediante a exigência de *guias de marcha*). A RENAMO, por seu turno, face ao fim da Guerra Fria e do *apartheid* no contexto da África austral, e da adoção do multipartidarismo no âmbito nacional, institucionalizou-se em 1992, sem jamais ter abandonado por completo as armas. A despeito de ainda ser a principal força político-partidária de oposição, a RENAMO nunca apresentou para a população um programa político claro como alternativa.

A violência empregada desde que Moçambique ficou independente não foi efetiva no sentido de gerar uma ruptura com vários elementos oriundos do período colonial: as infraestruturas de transporte ainda são as mesmas, voltadas à exportação das matérias-primas do *hinterland* para o Índico; a regionalização do país é a mesma, desprezando a territorialidade dos distintos grupos étnico-sociais; e a noção de progresso é a mesma, pressupondo um povo moçambicano homogeneizado, e falhando na compreensão do *povo moçambicano realmente existente*.

Em que pese os pontos acima elencados, constata-se que a violência da luta anticolonial não subverteu a violência imanente que paira sobre Moçambique. O histórico de opressão vivenciado pela população moçambicana mostra que isso não se deu por uma insuficiência quantitativa da violência empregada, mas também não

pode ser vista como resultado de um simples voluntarismo da FRELIMO, devendo-se levar em conta as raízes coloniais violentas que constituem a situação concreta moçambicana. A estrutura pluripartidária que se estabeleceu em Moçambique após 1993 (com o reconhecimento da RENAMO como partido político), não só não tem sido capaz de dar respostas às problemáticas acima elencadas, como tem se caracterizado por um vazio de orientação política, que resulta em situações de brutalidade (como a vivenciada atualmente no norte do país).

Considerações finais

O debate feito na primeira seção buscou argumentar que o processo de colonização tem como pressuposto o caráter patológico e irracional do colonizado – o que sustenta a universalização da violência como forma de se empreender a missão civilizatória nas colônias. Assim, a paz e a civilização – sob o véu da *racionalidade política* e da *condição humana*, de *alguns* humanos – são a aparência que camufla a essência do processo colonizatório. A luta anticolonial, que põe a nu essa contradição, recorre à violência diante da ausência de alternativa deixada pelo colonizador. A violência do oprimido, portanto, não pode ser tratada como um fenômeno equiparável à violência do opressor.

No caso moçambicano, uma vez no poder, a FRELIMO, força hegemônica na guerra anticolonial, viu-se enredada nos limites das múltiplas contingências materiais (agressão externa, sabotagens, escassez de recursos, contradições de classe no seio do partido, etc.) e nos limites inerentes à conversão de um grupo de guerrilha insurgente em novo governo constituído. Assim, de um lado, o partido-Estado reproduziu uma série de opressões oriundas do período colonial, e, do outro, viu-se exercendo formas idiossincráticas de violência, que, ao fim, não contribuíram para que se alcançassem as rupturas desejadas.

Em meio ao contexto de guerra civil deflagrada (mas não reconhecida enquanto tal, pelo novo poder constituído) a FRELIMO toma ações como: o envio de dissidentes políticos para campos de reeducação; a repressão a qualquer modo de produção individual, por menor que fosse; a exigência de guias de marcha concedidas pelo Estado para circular dentro do território; e a imposição do trabalho forçado como forma de execução penal. Dessa forma, o Estado-nacional recém-criado acabava por espelhar as ações do governo colonial deposto, na medida em que: a exigência da guia de marcha, como maneira de controle da circulação dentro do território, também vigorava durante a dominação portuguesa (sob o nome de *passé*); o regime colonial também promovia a ideia de enquadrar a população dentro de uma normatividade imposta pelo Estado (só que no lugar de reeducar contra o *obscurantismo* e o *feudalismo*, como fazia a FRELIMO, o regime salazarista enunciava a necessidade de *civilizar* os indígenas); as *machambas*, tidas como modelo de coletivização socialista, também encontram eco nos aldeamentos coloniais.

Nesse sentido, a observação do fenômeno da violência política e do uso do poder, na experiência moçambicana aqui debatida, enseja questões que devem ser objeto de atenção nos processos de transição socialista, tais como: a necessidade de permeabilidade à interlocução junto às massas, consubstanciada na liberdade de formação de coletivos autônomos em relação à estrutura partido-Estado (o que se evidencia pelo fracasso dos Conselhos de Produção); as implicações da fusão partido-Estado e a conseqüente formação de novas elites que espelham as elites depostas (gerando uma *nomenklatura*), entravando a construção do poder popular; e as limitações do centralismo democrático, adotado não como forma de ação do partido revolucionário, mas também como mecanismo de organização e gestão do Estado (como atestam as falhas na política de planificação).

Referências

- BALIBAR, E. Dictature du Proletariat. In: LABICA, G.; BENSUSSAN, G. (orgs.). *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Quadrige/PUF, 1980
- _____. Reflections on Gewalt. *Historical Marxism*, London, n. 17, p. 99-125, 2009.
- BENJAMIN, W. Critique of violence. In: *Reflections: essays, aphorisms, autobiographical writings*. Nova York: Schocken Books, 1978.
- BRAGANÇA, A. D. O Marxismo de Samora. *Três Continentes*, Lisboa, p. 43-48, 1980.
- _____; DEPELCHIN, J. Da idealização da FRELIMO à compreensão histórica de Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, Maputo, n. 5/6, p. 29-52, 1986.
- CAHEN, M. *Mozambique la Révolution Implosée*. Paris: Points de vues concrets/L'Hamarttan, 1987.
- _____. *Mozambique: analyse politique de conjoncture 1990*. Paris: Indigo, 1990
- _____. The Enemy as Model: Patronage as a Crisis Factor un Constructing Opposition in Mozambique. *OXPO Working Papers*, Oxford, p. 1-14, 2011.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulisseia, 1965.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. volume I – Ensaio de Interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FREYRE, G. *Casa grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- GEFFRAY, C. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1991.

- MACHEL, S. M. *Estabelecer o poder popular para servir às massas*. Maputo: Imprensa Nacional da República Popular de Moçambique, 1979.
- MARX, K. *A miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do sr. Proudhon*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONDLANE, E. A estrutura social: mitos e fatos. In: MANOEL, J.; LANDI, G. (org.). *Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- MOSCA, J. *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- _____. *Economia de Moçambique: século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- PÉLISSIER, R. *História de Moçambique. Formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, F. *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulisseia, 1965.